

DOCUMENTAÇÃO, MUSEU E MEMÓRIA: A Coleção Getúlio Vargas do Museu Histórico Nacional

DOCUMENTATION, MUSEUM AND MEMORY: Getúlio Vargas Collection of
the National Historical Museum

Bárbara Társia DUARTE

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil
barbaratarsiada@outlook.com
<https://orcid.org/0000-0002-1825-0097> 

Mário de Souza CHAGAS

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio (PPGPMUS), Rio de Janeiro, Brasil
Diretor do Museu da República, Rio de Janeiro, Brasil
pmariosc@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0232-4757> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Identificar e discutir a dimensão memorialística e mediadora da Coleção Getúlio Vargas à luz das teorias da Bibliografia e da Memória.

Método: A pesquisa caracterizou-se como descritiva e teve como objetivo central o agrupamento de dados e informações sobre a CGV, adotando abordagem qualitativa e utilizando técnicas histórico-documentais de coleta de dados. Para analisar a documentação da Coleção Getúlio Vargas a pesquisa valeu-se de registros encontrados em anais, relatórios e arquivos históricos.

Resultado: Constatou-se a relação existente entre Getúlio Vargas e o Museu Histórico Nacional a partir da criação da Coleção Getúlio Vargas. É possível a recuperação da história dessa coleção a partir dos registros, inventários e catálogos que servem como vestígios do passado e como instrumentos de institucionalização e legitimização de bens.

Conclusões: Traz à tona reflexões acerca da memória e do patrimônio cultural que envolvem perspectivas museológicas, memorialísticas e bibliográficas, visando uma maior aproximação entre a Museologia e a arte da Bibliografia, a partir do entendimento da bibliografia da Coleção Getúlio Vargas do Museu Histórico Nacional e de sua importância na recuperação de informações. Também busca abrir diálogo para o emprego dos objetos museológicos enquanto documentos históricos e da bibliografia enquanto produto dos museus, ao inventariar, catalogar e registrar, ultrapassando a fronteira do livro.

PALAVRAS-CHAVE: Coleção Getúlio Vargas. Documentação. Memória. Museu Histórico Nacional.

ABSTRACT

Objective: Identify and discuss a memorialistic and mediating dimension of the Getúlio Vargas Collection in the light of the theories of Bibliography and Memory.

Methods: The research was characterized as descriptive and had as its central objective the grouping of data and information about CGV, adopting a qualitative approach and using historical-documentary data collection techniques. To analyze the documentation of the Getúlio Vargas Collection, the research used records found in annals, reports and historical files.

Results: The relationship between Getúlio Vargas and the National Historical Museum was verified after the creation of the Getúlio Vargas Collection. It is possible to recover the history of this collection from the records, inventories and catalogs that serve as traces of the past and as instruments for institutionalizing and legitimizing objects.

Conclusions: It brings up reflections on memory and cultural heritage that involves museological, memorialistic and bibliographic perspectives, a closer relationship between Museology and Bibliography, based on the understanding of the bibliography to the Getúlio Vargas Collection from the National Historical Museum and its importance in the recovery of information. It also seeks to open a dialogue for the use of museum objects as historical documents and bibliography as a product of museums, by inventorying, cataloging and registering, crossing the frontier of the book.

KEYWORDS: Getúlio Vargas Collection. Documentation. Memory. National Historical Museum.

1 INTRODUÇÃO

Getúlio Vargas (1882-1954) é um personagem da história brasileira estudado na perspectiva de diversos campos do conhecimento. Os governos que se desenrolaram sob o seu comando foram marcados por mudanças políticas, econômicas e sociais, mas também contaram com um notável interesse pelo patrimônio cultural.

As políticas culturais implementadas no período de 1930 a 1954 criaram uma aliança decisiva entre o presidente Vargas e as instituições de memória. As inúmeras doações de objetos por parte do estadista para integrar o Museu Histórico Nacional (MHN) não deixam dúvidas; a partir delas foi fundada a Coleção Getúlio Vargas (CGV), que ocupou uma sala própria, batizada com o seu nome e que se tornou uma das maiores galerias no circuito expositivo, exibindo mais de 600 objetos (WILLIAMS, 1997).

Depois de 1960, com a transferência da capital para Brasília e a criação do Museu da República (MR), sediado no Palácio do Catete, a Coleção Getúlio Vargas passou a compor o acervo dessa nova instituição.

A partir destes dados surgem questões como: Qual o caráter dos objetos que compõem a CGV? E de que maneira essa coleção ajudou a forjar narrativas incorporadas à identidade nacional? A construção de um inventário é um elemento de memória? Poderia o gesto bibliográfico de tecer listas recuperar a memória dos itens da CGV? A documentação pode ser considerada como um ato de legitimação dos objetos museológicos?

Sendo assim, o objetivo da presente investigação é identificar e discutir a dimensão memorialística e mediadora da Coleção Getúlio Vargas à luz das teorias da Bibliografia e da Memória. Para tanto, faz-se necessário analisar os documentos e inventários que compõem a bibliografia da CGV, tomando como base os preceitos bibliográficos articulados à memória, coleção museal, listas, repertórios e inventários. Constitui etapa importante compreender a documentação como desejo de eternização e institucionalização de objetos e personalidades, bem como, reconhecer o museu e o patrimônio como construtores da memória nacional e partícipes ativos no inventário dos documentos produzidos pelo ser humano, nos aproximando do ideário otletiano.

Os objetos de museus, apesar de ultrapassarem o escopo do livro, são considerados documentos no sentido amplo defendido por Otlet (1934) e, por isso, seguem em direção ao pensamento de Reyes de Gómez (2010) de que todos os

documentos são passíveis de serem objetos dos estudos bibliográficos. Gaskell (1999, p. 1 apud REYES GÓMEZ, 2010, p. 51, tradução nossa) corrobora com tal ideia ao dizer que os “[...] objetivos e procedimentos da bibliografia se aplicam não somente aos livros manuscritos ou impressos, mas também a qualquer documento [...]”.

O trabalho buscou defender a pertinência de uma melhor compreensão sobre o papel desempenhado pelas instituições museológicas no que tange à constituição de fontes históricas e a compreensão da bibliografia na perpetuação de coleções e personalidades. Nesse contexto, o exame da documentação arquivística, museológica e bibliográfica referente ao presidente Getúlio Vargas mostrou-se indispensável para uma pesquisa que se dedique à CGV. O trabalho de documentação e descrição dos processos de doação da referida coleção tornou possível a realização da pesquisa, deste modo, são valiosos para a investigação as páginas na web do Museu Histórico Nacional¹ e do Museu da República², e a Hemeroteca da Biblioteca Nacional³ para o acesso às reportagens publicadas em jornais e revistas sobre a interação entre Getúlio Vargas e o MHN.

A fundamentação teórica está ancorada em autores como: Myrian Sepúlveda dos Santos, Michel Foucault, Pierre Nora, Ulpiano de Meneses, Krzstof Pomian, Daryle Williams, Maira Cristina Grigoletto, Umberto Eco e Benedict Anderson. Além deles, destacamos os estudiosos do campo bibliográfico Giulia Crippa, Reyes Gómez, Viviane Couzinet e Paul Otlet.

Cabe ressaltar que a pesquisa caracterizou-se como descritiva e teve como objetivo central o agrupamento de dados e informações sobre a CGV, adotando abordagem qualitativa e utilizando técnicas histórico-documentais de coleta de dados. Para analisar a documentação da Coleção Getúlio Vargas a pesquisa valeu-se de registros encontrados em anais, relatórios e arquivos históricos.

Por fim, espera-se que este estudo possa representar uma importante contribuição para as áreas da Memória, Museologia e Bibliografia, já que o entendimento do papel dos museus na construção do imaginário social brasileiro permitirá observar o poder destas instituições na consolidação de narrativas políticas e ideológicas. Enquanto a construção de fontes, o tratamento técnico e o histórico dos itens da Coleção Getúlio Vargas nos permite compreender a importância da documentação e da bibliografia para a

¹ Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/>

² Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/>

³ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>

Museologia, como meio de registrar as criações do intelecto humano e de recuperar a memória dos objetos.

O reconhecimento de si mesmo enquanto membro de um corpo social específico é feito em instituições de história ou "lugares de memória" (NORA, 1993), através dos arquivos, bibliotecas e museus. É na seleção do que deve ou não ser alçado ao valor de patrimônio que essas instâncias sociais definem o que é digno de ser memorado.

2 MUSEUS OU LUGARES DE MEMÓRIA

Instituições de salvaguarda de objetos representativos da sociedade, os museus se apresentam como locais de culto ao passado, como repositórios da memória e da história. Eles também conferem caráter institucional, legitimam e disseminam determinadas narrativas. Como esclarece Mario Chagas (2015, p. 33): "[...] os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder".

Sendo "lugares de memória" segundo Nora (1993), os museus abrigam coleções de objetos alçados a patrimônio, especialmente escolhidos para narrar a história de determinadas comunidades, forjar símbolos, heróis e identidades. São lugares de memória, porque possuem a intenção de memória, ou seja, de rememorar acontecimentos e personalidades, já que "a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais" (NORA, 1993, p. 22).

Como lugares de poder, os museus são responsáveis pela seleção daquilo que legitimam. Os objetos que compõem seus acervos adquirem nova vida: são elevados à condição de semióforos e, dotados de significados, eles representam o invisível, fazem uma ponte entre a sociedade e o passado narrado pela compreensão do objeto (POMIAN, 1984). São símbolos de poder, representando e testemunhando o passado como a materialidade do discurso reproduzido pelas instituições que garantem a homogeneidade da historiografia.

Deste modo, como "dispositivos" político-sociais, os museus se inserem entre as instituições que possuem o poder de definir a "ordem do discurso" (FOUCAULT, 1997), sendo porta-vozes de narrativas que se impõem sobre outras para criar uma memória coletiva, definidora de uma identidade nacional. São, portanto, instituições decisivas na criação de nações e nacionalismos, assim como, na imaginação social desenhada por

cada país. As comunidades imaginadas de que nos fala Benedict Anderson, são imaginadas porque:

[...] mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2017, p. 32).

E isso se torna possível através do convívio com instituições culturais e lugares de memória - como os museus, as bibliotecas e os arquivos -, em que os sujeitos se reconhecem enquanto membros de uma comunidade que se realiza através de símbolos da pátria ou da história comum: mitos de origem, batalhas, bandeiras, hinos, documentos, monumentos, um conjunto de signos escolhidos, inventados e reinventados a partir das conjunturas políticas e sociais de cada época. Cada um deles é representativo de uma "tradição inventada" e envolve práticas aceitas que inculcam valores e normas de comportamento, buscando a "continuidade com um passado histórico apropriado" (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 8).

Mas essas práticas, assim com os objetos no museu, também são reinventadas e recontadas sob outros panos de fundo, conforme há variação de poder. Como explicita Viktor Chagas (2010, p. 254) "[...] "Museu é como um lápis", porquanto seu objetivo deve ser entendido não apenas como de um estático lugar de memória, mas como de uma ferramenta dinâmica de apropriação cultural e ressignificação de valores". Desta forma, são responsáveis pela construção e propagação de narrativas que compõem a memória coletiva.

Os museus que surgiram no início do século XX se caracterizaram principalmente pela preocupação com a unidade nacional e a formação de uma identidade brasileira. Esse foi o caso do Museu Histórico Nacional, como poderemos ver adiante.

2.1 O Museu Histórico Nacional

O ano era 1922 e o Rio de Janeiro recebia a Exposição Internacional em comemoração ao centenário da independência do Brasil, com a intenção de mostrar ao mundo a capital de uma nação moderna. Foi em meio aos festejos, em outubro, que o Museu Histórico Nacional foi criado pelo presidente Epitácio Pessoa.

O conjunto arquitetônico no centro do Rio sofreu várias intervenções no intuito de unificar sua aparência, já que era composto de diferentes edifícios construídos ao longo dos séculos. Em 1603 foi erguida a Fortaleza de Santiago, sua construção mais antiga.

Somaram-se a ela a Prisão do Calabouço (1693), a Casa do Trem (1762), o Arsenal de Guerra (1764) e o Quartel para abrigar as tropas militares (1835).

Quando o MHN foi inaugurado, ocupou a parte frontal do conjunto, dividindo-o com outros órgãos da burocracia federal, mas ao longo do tempo foi se expandindo, ganhando mais um andar para depois, com a transferência da capital para Brasília, ocupar todo o espaço arquitetônico (SANTOS, 2006).

A ideia de criar um museu histórico no Brasil já vinha sendo pleiteada desde 1911 por Gustavo Barroso, que veio a ser o seu primeiro diretor. Segundo Dumans (1942), na edição do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro daquele ano, Barroso escreveu sobre a importância de um museu para reviver as lembranças do passado, os grandes feitos e as grandes figuras da história brasileira, defendendo:

O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, - espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitaram a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos escaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadrados paraguaios de Avaí.

Tôdas as nações têm seus Museus Militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda o não possuímos (BARROSO apud DUMANS, 1942, p. 384).

Como se observa, o Museu Histórico Nacional nasceu a partir de uma proposta barrosiana de "culto da saudade": um museu militar, elitista e oligárquico. Um museu que exaltasse principalmente a memória do Império do Brasil, nas figuras de D. Pedro I e D. Pedro II, Princesa Isabel, além de generais como Osório, e duques como Caxias. Nas palavras de Santos,

[...] o culto da saudade representou a tentativa de consolidar uma tradição nacional por meio de objetos que, por serem valorizados como autênticos fragmentos do passado, funcionavam como símbolos poderosos dos "heróis" eleitos por uma parte da elite dirigente (SANTOS, 2006, p. 41).

É dentro desse contexto que o Museu Histórico Nacional, criado como um símbolo do nacionalismo em comemoração ao centenário da Independência, é apropriado pelo governo de 1930 como um veículo interessante para perpetuar a figura de Getúlio Vargas enquanto grande estadista e patrono, que buscava um mandato forte e duradouro, parecido com o daqueles cujos retratos enfeitavam até o teto as paredes das salas do novo museu.

3 A Coleção Getúlio Vargas

Com o fim do mandato do presidente Epitácio Pessoa, um mês após a sua criação, o MHN:

[...] vegetou com verbas escassas durante os governos de Arthur Bernardes e Washington Luís, sobrevivendo graças à contribuição de doadores e amigos, na maior parte das vezes herdeiros da antiga “aristocracia” brasileira forjada no período imperial (SANTOS, 2006, p. 34).

Tais doações de particulares encheram o museu com objetos que pareciam tender a uma espécie de culto ao herói, eram personalidades que se destacaram na elite brasileira, alguns nomes que acabaram inclusive batizando salas do MHN.

Após a “Revolução de 1930” e a entrada de Getúlio Vargas no cenário político nacional, a situação do museu mudou significativamente, em função do crescente interesse do estadista pela instituição.

No governo do Dr. Getúlio Vargas, a situação mudou por completo. S. Exa. tornou-se o Grande Protetor do Museu Histórico, prestigiando-o e dando-lhe meios para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Exa. tem contribuído pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento (DUMANS, 1942, p. 393-394).

Getúlio Vargas implantou no Brasil um projeto nacionalista, voltado para a criação de indústrias estatais, como a Petrobras, a Vale do Rio Doce e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para a promulgação de leis trabalhistas e para a defesa de um Estado centralizador. Apostou na legitimação da cultura popular, que também ganhou o mundo com o samba e Carmen Miranda, e na criação de órgãos públicos regulamentadores, como o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que teve seu auge sob a direção de Gustavo Capanema, além do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para a organização da máquina estatal, e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado da censura durante o Estado Novo.

Preocupado em legitimar sua posição, Vargas propagou, através do DIP, uma imagem específica de si mesmo, como “pai dos pobres” e populista, um presidente bondoso e carismático. Mas o DIP não foi o único meio que o estadista utilizou para positivar sua imagem. Ele também explorou a política cultural voltada à valorização de

seu governo e à eternização de sua imagem, baseada, principalmente, no culto aos heróis do passado.

Apesar disso, seu mandato abarcou uma série de decisões afirmativas na esfera cultural envolvendo, por exemplo, a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais - mais tarde substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - , do Museu Nacional de Belas Artes e do Museu Imperial. Além do tombamento do Museu Nacional (antigo Museu Real) e do Palácio do Catete, que depois da morte de Vargas foi transformado no Museu da República tendo como expoente máximo a memória do estadista. Na verdade, é possível perceber um significativo aumento no número de museus criados depois de 1930⁴, demonstrando a preocupação de Vargas em criar memórias nacionais e histórias oficiais, construindo a identidade brasileira através das instituições museológicas.

Como estadista, Vargas soube usufruir de lugares de memória para forjar e perpetuar a sua própria história. A trajetória do Museu Histórico Nacional registra as diferentes tentativas do presidente de se fazer valer da instituição, incluindo as inúmeras doações realizadas em seu nome, e as várias intervenções que realizou para a aquisição de algum bem por parte do Museu, a exemplo da coleção de Arte Religiosa, pertencente a José Luiz de Souza Lima, que estava penhorada na Caixa Econômica Federal por 100:000\$0 e que Vargas resgatou em 1940, doando toda a coleção de marfim ao MHN (DUMANS, 1940, p. 223).

Além disso, como escreve em seu Diário, em 12 de julho de 1942, o estadista mediou outras aquisições de objetos que estariam indo à leilão, privilegiando o museu na compra das obras.

Logo após o almoço, fui visitar a exposição de objetos artísticos do sr. Fonseca Hermes, antes que sejam postos à venda em leilão. Encarreguei os dois diretores do Museu Histórico Nacional e Imperial de se entenderem com o proprietário sobre as aquisições de interesse para as suas repartições (VARGAS, 1995, p. 406).

De fato, o governo abriu um crédito de mil e quinhentos contos de réis para a obtenção da maioria dos lotes neste leilão. Mas ainda mais notável foi a quantidade de doações que Getúlio Vargas fez em seu nome para o MHN. No documento intitulado "Relação das valiosas doações do Senhor Presidente da República ao Museu Histórico

⁴ No período entre 1931 e 1940, foram criados 32 museus. De 1941 a 1950 outros 36 novos museus foram abertos no país. Para comparação, existiam no Brasil, de 1800 a 1930, 42 museus (REDE NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MUSEUS, 2019).

Nacional 1930-1940", que se encontra na página da web da biblioteca virtual do museu⁵, é possível contabilizar oitenta e três doações realizadas pelo estadista na primeira década de seu mandato.

Tabela 1 – Relação da quantidade de doações por ano

ANO	DOAÇÕES
1930	1
1931	4
1932	0
1933	0
1934	1
1935	19
1936	2
1937	0
1938	2
1939	3
1940	51
TOTAL:	83

Fonte: elaboração dos autores

Na página do Museu da República, em uma busca pelas coleções existentes, pode ser encontrada a CGV. Segundo a descrição, a coleção contém itens advindos do Museu Histórico Nacional e alguns outros objetos que foram incorporados ao longo dos anos.

A Coleção Getúlio Vargas reúne textos, discursos, declarações, destacando-se: avaliações sobre o governo Vargas; correspondência sobre assuntos pessoais e políticos; documentos referentes a nomeações, promoções e concessões de títulos; e diplomas a terceiros. Há também documentos pessoais pertencentes a Getúlio Vargas e sua família, tais como diplomas, títulos, homenagens, estampas, discos, recortes de jornais, cartões de visita e blocos de anotações; documentos produzidos após o falecimento de Getúlio Vargas, relativos às investigações sobre sua morte, seu aniversário e questões políticas. Há ainda fotografias e cartões postais com registros de Vargas, seus familiares, personalidades e manifestações políticas. Constam, também, álbuns fotográficos de diversas instituições, cidades e países, oferecidos a Getúlio Vargas (MUSEU DA REPÚBLICA, [200-]).

⁵ Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>

Os objetos doados eram, em sua maioria, presentes entregues por representantes de governos estrangeiros ou de diferentes estados do Brasil à Vargas, como ficou demonstrado pelos documentos produzidos a partir da entrada dos objetos ao acervo ou de cartas endereçadas pelo governo ao MHN. Por exemplo, na página da biblioteca virtual do museu consta a doação de um item recebido como recordação de uma visita a Montevidéu através de um documento intitulado "Novas preciosidades para o Museu Histórico Nacional".

Acrescendo o valor da coleção exposta na "Sala Getúlio Vargas", onde o chefe da Nação, grande protetor do Museu Histórico Nacional, tem constantemente depositado as valiosas lembranças artísticas e históricas que lhe são oferecidas, acabam de dar entrada naquele Museu novas doações de grande valor.

Entre os preciosos objetos agora doados, encontram-se apeiros completos de prata e prata dourada com cinzeladas a mão, de grande beleza e riqueza, para guarnecerem arreios a gaucha, oferecidos a S. Excia. pela Municipalidade de Montevideu, em recordação de sua visita a Uruguiana em março de 1930.

Esta doação do Senhor Presidente da República, que ainda uma vez revela seu interesse pela Casa do Brasil, é constituída por peças únicas que muito contribuirão para o enriquecimento do Patrimônio Nacional (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1951).

As doações foram tão numerosas que possibilitaram a criação de uma sala no circuito permanente do Museu Histórico Nacional, batizada com o nome "Sala Getúlio Vargas", onde estavam expostos todos os objetos enviados pelo estadista e alguns outros que faziam referência à sua figura. Segundo Daryle Williams,

[...] a "Sala Getúlio Vargas" tornou-se uma das maiores galerias do circuito permanente, exibindo mais de 600 objetos. Com a abertura da sala, o ditador tornou-se o quarto chefe de Estado (os outros três eram Pedro I, Pedro II e Deodoro da Fonseca) cujo nome batizava uma sala do circuito permanente, e o único vivo (WILLIAMS, 1997, p. 152-153)

Muitos meios de comunicação cobriram a inauguração da Sala Getúlio Vargas, marcada por discursos de Gustavo Capanema e Gustavo Barroso. Em agosto de 1945 a Ilustração Brasileira apresentou sua versão do evento:

O Museu, organizando a referida sala, não prestou uma homenagem ao Presidente da República, mas praticou um ato de justiça, pois, como se sabe, S. Exa. tem prestigiado e favorecido constantemente aquela instituição, além de interessar-se sempre pela defesa de nossas relíquias e tradições. [...] A figura do sr. Getúlio Vargas representa hoje, sem dúvida, um período de nossa história, do mesmo modo que os vultos de D. João VI, Pedro I, Pedro II, Deodoro e Floriano sintetizam outros períodos. O Museu é um instituto destinado a lembrar todos eles e não se justificaria que não possuísse, ao lado das secções referentes às épocas monárquicas e republicanas, a que recordasse as últimas transformações políticas e sociais por que tem passado a nação. Se doadores mais

modestos e sem nenhum caráter oficial mereceram ter seus nomes de beneméritos do Museu ligados a várias salas, não se explicaria fosse esquecido o do generoso doador de tantas preciosidades. Assim, de fato, a inauguração da sala Getúlio Vargas traduziu um áto de inteira justiça (A SALA..., 1945).

Através do inventário, que consta no documento de transferência do acervo da Sala Getúlio Vargas para o Museu da República, nota-se a presença de mais de 900 itens, muitos doados pelo próprio presidente, reconhecendo no museu o poder de imortalização e eternização do seu nome. Considerado uma instituição de grande importância, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, preocupado em narrar a história do país e apresentar o "nacional" brasileiro, o Museu Histórico Nacional disseminou e cristalizou um discurso próprio sobre o passado que foi particularmente positivo para a centralização de poder almejada pela Era Vargas.

A relação entre ambos é estreita e aparente, revelando tanto o poder da instituição em consolidar a narrativa getulista como a utilização desta como aparelho de propaganda da figura do estadista. Os objetos expostos na Sala Getúlio Vargas serviram não só para amparar a sua memória, mas como meio de aprisionar o espírito de seus ideais. Como disse Blom (2003, p. 177) "Por intermédio deles [os objetos], o colecionador pode continuar a viver depois que sua própria vida termina; e a coleção torna-se um baluarte contra a mortalidade".

Depois da construção de Brasília e da transferência dos órgãos administrativos, inaugurou-se no Palácio do Catete o Museu da República. Responsável por contar a história da república brasileira, o museu foi criado através do Decreto nº 47.883, de 8 de março de 1960 onde, incluído na estrutura do Museu Histórico Nacional, fazia parte da Divisão de História da República. Assim, toda a coleção da Sala Getúlio Vargas passou a compor o acervo do novo museu e este, por sua vez, tornou-se símbolo da memória de Vargas a partir da cristalização de seu quarto, com os móveis da época, e de seu pijama ensanguentado.

O trabalho de documentação de todo esse processo é o que possibilita que hoje se possa compreender a história contada através do museu. Desde as doações, que sabemos não terem sido motivadas por simples atos de bondade, perpassando a constituição da sala, até a transferência desse acervo para outra instituição, onde a memória do estadista permanece viva e alimentada pela curiosidade dos visitantes.

Como se pode perceber, os registros, inventários, catálogos e bibliografias servem não só como vestígios do passado, mas também como método de institucionalização e

patrimonialização de bens, legitimando-os em uma esfera cultural e social. Mesmo após o desmanche da Sala Getúlio Vargas e da transferência de seus itens para o Museu da República é possível entender historicamente a relação entre o governo Vargas e o Museu Histórico Nacional, a partir da bibliografia da Coleção Getúlio Vargas.

4 A DOCUMENTAÇÃO COMO ATO DE LEGITIMAÇÃO

Desde a seleção dos objetos a integrar o museu, passando pela conservação e restauração, pela documentação e culminando em sua exposição, percebe-se um viés de subjetividade por parte das instituições e dos profissionais que ali trabalham. Assim, a incorporação de um novo acervo depende da política de cada museu e da conjuntura social de cada época. Sobre a patrimonialização de bens Lima escreve:

Trata-se de procedimento que representando a ação de agentes especializados exerce o papel de interpretar, definir, tratar e informar/comunicar na esfera da cultura o que se deve entender por tal categorização. Tal forma em contexto de interpretação instaura a vigência de uma modalidade de apropriação cultural ao estabelecer padrões para a compreensão e para o reconhecimento (LIMA, 2015, p. 3).

Objetos comuns do dia a dia são alçados a patrimônio, portanto, quando se reconhece sua importância histórica, artística ou científica. Essas escolhas são feitas por pessoas que carregam consigo uma bagagem ideológica, possuem crenças pessoais e/ou exercem cargos políticos, agregando um fator subjetivo à entrada de objetos no museu, ao seu tombamento ou ao registro de bens.

Neste particular, percebemos que tanto os mecanismos quanto a atuação dos profissionais envolvidos no processo de constituição do patrimônio não podem ser entendidas como neutras, mas como resultados dos interesses institucionais e de momentos históricos específicos; como uma forma articulada de exercício de poder (GRIGOLETO, 2012, p. 66).

O museu empresta a todos os objetos presentes em seu acervo uma aura institucional, sagrada e de veracidade, por isso, seu papel é representar ao máximo a sua comunidade. O MHN ainda carrega consigo a terminologia que define o que se espera encontrar dentro da instituição: a História Nacional.

Os objetos que são incorporados ao acervo dos museus ganham destaque como símbolos representantes de um período ou de uma personalidade e, como dito antes, são moldados a partir das forças políticas que atuam à época. Mas o bem não possui significado pronto, é atribuído a ele conforme o desejo daqueles que detém o poder de sua narrativa.

Relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são

produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem (MENESES, 1998, p. 94).

É através da documentação que essa reinvenção acontece, como elucida Grigoletto (2012). Os documentos museológicos são, para esta autora, a informação materializada institucionalmente, capaz de legitimar os objetos e sua posição dentro das instituições museológicas, responsável por garantir sua recuperação e registro de informações necessárias para justificar e sustentar a preservação de bens culturais.

Deste modo, esses documentos, gerados no processo de constituição do patrimônio, são produtos imperiosos para as seguintes situações: reinvenção do passado, recriação do sentido dos objetos, acréscimos de significados e transformações simbólicas (GRIGOLETTO, 2012, p. 66).

O museu age enquanto entidade definidora de padrões sociais, no interior do qual a seleção e a prática da musealização atribui caráter de prestígio a determinados objetos em detrimento de outros. Como explicita Lima (2013, p. 52), o processo de musealização assinala um juízo/atitude, em que “[...] a interferência apropriadora do poder detido pelo campo altera a realidade (da coisa) ao estabelecer um novo contexto de existência”.

Assim, através da incorporação de objetos pertencentes a Getúlio Vargas às coleções que compõem o acervo do Museu Histórico Nacional tem-se a musealização de sua figura enquanto pessoa distinta e estadista brasileiro. É por meio desse conjunto de objetos que Vargas é consolidado na memória nacional.

Estas coleções guardam, em razão de serem elementos constitutivos do denominado Patrimônio Cultural, os continentes da Memória Social, onde cada objeto se tornou ‘vestígio’ da Memória ‘cultural’ construída e disseminada pelo discurso do Museu (LIMA, 2008, p. 37).

É desta forma que Getúlio Vargas, enquanto chefe de Estado, se eterniza em suas próprias doações e é figurativamente musealizado por meio da materialidade de sua coleção. Ao sair da vida para entrar na história, Vargas se torna um símbolo também dentro dos museus.

No sentido do patrimônio, o Museu e a Bibliografia se encontram ao buscar tecer um panorama sobre a produção intelectual humana e a construção de uma memória. Eco (2010) relaciona as instituições museológicas às práticas bibliográficas ao entendê-las como produtoras de listas, no sentido mais amplo para os estudos bibliográficos, já que ao inventariar seu acervo, seja o exposto ou o de sua reserva técnica, há a produção de fontes de informação na qual essas listas (catálogos, inventários, bibliografias) comporão o sonho otletiano do Repertório Universal.

Sob esta perspectiva, ao criar os produtos bibliográficos, os museus mapeiam a produção do intelecto humano e atribuem a ele toda uma significação, sobretudo quando observamos que o contexto de tais fontes de informação reveste o objeto de uma nova aura, de um novo significado, se aproximando daquilo que nos estudos do livro convencionou-se a chamar de Bibliografia Histórica e Material.

Cabe elucidar que mesmo Otlet (1934), na sua busca pelo inventário total da produção intelectual humana, não se esqueceu do museu, sua função social e responsabilidade com a história. Ele os enxergava de acordo com suas capacidades e importância descrevendo que:

[...] O catálogo, guia prático do museu, apresenta o material conforme a ordem das salas. Uma introdução geral apresenta imediatamente o visitante ao próprio espírito das coleções expostas. Os museus, graças a alguns catálogos por eles elaborados, fornecem respostas para buscas de informações e seus vastos repertórios tornam-se centros de estudos [...] (OTLET, 1934, p. 358).

Assim, a exposição materializada, por exemplo, nos catálogos, é uma fonte de informação sobre o acervo da instituição e de pesquisa para os estudiosos da área, além de preservar a memória dos itens. Couzinet afirma que:

Se curadores, mantenedores e gerentes de repositórios de memória - bibliotecas, museus, arquivos - são designers e redatores de listas, essa atividade é tão antiga quanto escrever. A enumeração de objetos, nomes, contas foi, de fato, um dos primeiros usos da escrita (COUZINET, 2012, p. 133).

A autora continua sua exposição articulando-se ao conceito de Eco (2010), distinguindo as listas enquanto atividades práticas, como “a lista de compras, dos convidados de uma festa”, mas, também, como “o catálogo de uma biblioteca, o inventário de objetos de um local qualquer (escritório, arquivos, museu)” (COUZINET, 2012, p. 134-135, tradução nossa).

A recuperação da história por detrás da extinta Sala Getúlio Vargas e sua trajetória desde o mecenato do presidente à sua incorporação ao Museu da República se dão pela bibliografia, a partir da produção de inventários e de documentos que preservam a sua memória.

O projeto varguista de patrocínio do Museu se estabelece pela oferta de presentes e melhores condições à instituição, em troca do seu nome inscrito junto aos grandes vultos da nação, e são os produtos bibliográficos (inventários, catálogos, registros de entrada) que permitem a ponte entre o visível, o objeto, e o invisível, a fabricação da

memória de Vargas, já que “fazer a lista é fabricar um souvenir, fabricar a memória, expressar um testemunho” (COUZINET, 2012, p. 146).

5 CONCLUSÃO

Como já dito, os museus detêm o poder de selecionar aquilo que deve ser memorado, símbolo de uma sociedade e formador de uma identidade. Portanto, é preciso reconhecer essa responsabilidade dos lugares de memória, não somente para a compreensão da história política, social e cultural da nação, mas também para que seja apropriada pela população, para que integre um processo de inclusão social que reflete sobre a pluralidade identitária.

É importante considerar o papel dos museus enquanto encorajadores de histórias lineares e narrativas livres de disputas, de modo a tornar oficiais as memórias enquadradas nos discursos de apagamento das alteridades. Desta forma, faz-se a reflexão sobre esse dispositivo social, enquanto membro da cultura local e não somente como instituição de tratamento técnico.

Dessa forma, o patrimônio é construído por meio de procedimentos institucionais e através do registro de informações; da elaboração de documentos que comprovem e provem os elementos que as instituições e os agentes preservacionistas pretendem ligar aos objetos para sua transformação em patrimônio. Portanto, é fundamental observarmos a microfísica do poder nas instituições preservacionistas brasileiras, o corpus de poder, os focos de poder, os lugares e não-lugares, o dito e não-dito, as enunciações moldadas por regras e leis, as enunciações influenciadas ou contaminadas por rastros de interesses institucionais, sociais, pessoais e por experiências diversas; as tantas “ligações móveis” e “não-localizáveis” (GRIGOLETO, 2012, p. 64).

Graças ao trabalho de documentação do Museu Histórico Nacional e da disponibilidade de seus anais e documentos por meio das páginas virtuais, constata-se a relação existente entre Vargas e o museu. As sucessivas doações do governante, a existência de uma coleção, de uma sala no circuito permanente, as inúmeras visitas realizadas à instituição, o trabalho em adquirir novos objetos para o seu acervo, entre outros, torna claro as investidas do estadista e o retorno do MHN.

Com as questões aqui levantadas a pesquisa espera trazer à tona reflexões acerca da memória e do patrimônio cultural que envolvem perspectivas museológicas, memorialísticas e bibliográficas, visando uma maior aproximação entre a Museologia e a arte da Bibliografia, a partir do entendimento da bibliografia da Coleção Getúlio Vargas do Museu Histórico Nacional e de sua importância na recuperação de informações. Também busca abrir diálogo para o emprego dos objetos museológicos enquanto documentos

históricos e da bibliografia enquanto produto dos museus, ao inventariar, catalogar e registrar, ultrapassando a fronteira do livro.

Reyes Gómez (2010, p. 51, tradução nossa) ressalta que “[...] se antes não havia mais do que impressos e manuscritos, nas últimas décadas o panorama se ampliou a outros materiais, tal como afirmam, entre outros, os teóricos da denominada ‘bibliografia material’”, ampliando, desta forma, a área de estudo e ocupação da Bibliografia.

Ele ainda alerta aos teóricos do campo que “[...] limitar o objeto da Bibliografia tão somente aos impressos, supõe eliminar um grande número de materiais que podem ser perfeitamente recolhidos, identificados, analisados e descritos em qualquer repertório” (REYES GÓMEZ, 2010, p. 54, tradução nossa), reforçando a ideia ampliada da noção de documento e inserindo mais instituições no bojo dos estudos bibliográficos.

Por fim, ao inserirmos no rol dos estudos bibliográficos a documentação museológica, esperamos contribuir com a “[...] criação de novos paradigmas para as práticas bibliográficas” (CRIPPA, 2016, p. 37), abrindo os horizontes da pesquisa no campo bibliográfico e museológico, expressando novos gestos.

REFERÊNCIAS

A SALA Getúlio Vargas no Museu Histórico. **Ilustração Brasileira**, ano 23, n. 124, p. 34, ago. 1945.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e difusão do Nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

BLOM, Philipp. **Ter e manter**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SC: Argos, 2015.

CHAGAS, Viktor. “Museu é como um lápis”: táticas de apropriação da memória como uma ferramenta de comunicação e participação cidadã. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: FGV; FAPERJ, 2010.

COUZINET, Viviane. Fabrique de la liste: dispositif entre mémoire et commémoration. In: JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL REDES E PROCESSOS INFO-COMUNICACIONAIS: MEDIAÇÕES, MEMÓRIAS E APROPRIAÇÕES (REDE MUSSI), 2., 2012, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Mussi, 2012. p. 132-149.

CRIPPA, Giulia. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, p. 23-40, ago. 2016, ISSN 2178-2075. Disponível em: <http://revistas.usp.br/incid/article/view/118748/116231>. Acesso em: 10 set. 2020.

DUMANS, Adolfo. A idéia de criação do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 3, p. 383-394, 1942.

DUMANS, Adolfo. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 1, p. 211-230, 1940.

ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: Base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 2, p. 111-120, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bps_02.pdf. Acesso em: 19 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e documento: expressão material no patrimônio; **InCID**, v. 3, n. 1, p. 57-69, jan./jun. 2012.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museus Releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio**, v. 1, n. 1, p. 33-43, jul./dez. 2008.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Patrimonialização e valor simbólico: o "valor excepcional universal" no patrimônio mundial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., João Pessoa, 2015. Anais... João Pessoa: ANCIB, 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, n. 21, p. 89-103, 1998.

MUSEU DA REPÚBLICA. Coleção Getúlio Vargas. In: MUSEU DA REPÚBLICA. **Guia de Coleções**. Rio de Janeiro: Museu da República, [200-]. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/guia-de-colecoes/#indice15>. Acesso em: 30 set. 2020.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Novas preciosidades para o Museu Histórico Nacional** (Proc. Nº 5/51). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1951.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre. Bélgica: Mundaneum, 1934.

POMIAN, Krzstof. Colecção. In: GIL, Fernando. **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (Enciclopédia Einaudi; v. 1).

REDE NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MUSEUS. **Museus Brasileiros por ano de abertura**. Brasília: IBRAM, 2019.

REYES GÓMEZ, Fermín de los. **Manual de Bibliografía**. Madri: Castalia Instrumenta, 2010.

SANTOS, Myrian Sepulveda. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; IBRAM, 2006.

VARGAS, Getúlio. **Diário**: volume I e II. São Paulo: Siciliano FGV, 1995.

WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 29, p. 141-186, 1997.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado e aos funcionários do Museu Histórico Nacional e do Museu da República pelas informações prestadas.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: B. T. Duarte; M. S. Chagas

Coleta de dados: B. T. Duarte; M. S. Chagas

Análise de dados: B. T. Duarte; M. S. Chagas

Discussão dos resultados: B. T. Duarte; M. S. Chagas

Revisão e aprovação: B. T. Duarte; M. S. Chagas

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Enrique Muriel-Torrado, Edgar Bisset Alvarez, Camila Barros, Igor Soares Amorim, Rodrigo de Sales.

HISTÓRICO

Recebido em: 30-04-2020 – Aprovado em: 06-10-2020 – Publicado em: 30-11-2020

